



**Câmara dos Deputados**

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

**INFORMATIVO Nº 483/2015 - PDC 243/2015 - INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO  
DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PDC NÚMERO: 243 ANO: 2015**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

- ☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☐ estados ☐ municípios  
→ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

- ☐ SIM → ☐ Aumento de despesa. Quais?  
→ ☐ Implica diminuição de receita. Quais?  
→ ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?  
☒ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

- ☐ SIM (Emenda nº \_\_\_\_\_) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: artigo 16 da LRF, artigo 108 da LDO/2015 e Súmula nº 1/08 da CFT.**

**4. Outras observações:** O PDC 243, de 2015, aprova o texto dos Estatutos do Instituto para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEIA, com sede em Estocolmo, com vistas à adesão do Brasil ao Instituto. As disposições dos arts. II, IV e V do texto implicam a assunção de obrigações pela União que poderão redundar em aumento da despesa pública federal, sem que a proposição esteja instruída com a estimativa do impacto orçamentário e financeiro de tais gastos e com a indicação da compensação correspondente.



## **Câmara dos Deputados**

### **Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

Cabe ressaltar que a necessidade de estimativa e compensação do gasto independe se a despesa é voluntária (art. 16 da LRF) ou obrigatória (art. 17 da LRF). Da mesma forma, o artigo 108 da LDO 2015 trata de ambas as despesas. Por fim, a súmula nº 1/08 confirma tal entendimento ao destacar expressamente que as normas se aplicam também às proposições de caráter meramente autorizativo, sendo estas incompatíveis e inadequadas se não apresentarem a estimativa do provável dispêndio e respectiva compensação.

**Brasília, 17 de novembro de 2015.**

**Sérgio Tadao Sambosuke**

**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**